

“À meia-noite no cemitério...”: narrativas de conspiração nas palavras do escritor Gustavo Barroso (1937)

Danilo Linard

Universidade Federal do Ceará
Fortaleza - Ceará - Brasil
danilo.linard@bol.com.br

Resumo: As experiências relacionadas ao conservadorismo e ao autoritarismo político, apesar de suas manifestações mais aparentes se revelarem nas tramas sociais, políticas e em conflitos armados (guerras, golpes de estado, genocídios, etc.), acreditamos que há, também, nesse fenômeno, uma dimensão subjetiva, imaginária, que se relaciona, inclusive, com elementos ficcionais e/ou literários. É numa aproximação com essas dimensões (inter)subjetivas que procuramos compreender preconceitos antissemitas e narrativas conspiratórias no texto de um intelectual e escritor conservador, o cearense Gustavo Barroso (1888-1957). Para tanto dialogamos, principalmente, com o historiador francês Raoul Girardet e o filósofo e romancista italiano Umberto Eco.

Palavras-chave: Narrativa. Ficção. Conspiração. Antissemitismo. Gustavo Barroso.

Introdução

É incontestável que, com a Internet, a comunicação ganhou um caráter cada vez mais instantâneo. Textos, áudios, vídeos e fotografias circulam quase que imediatamente, tão logo “algo” aconteça. Entretanto, paralelamente à circulação de informações úteis, circulam, também, diversas notícias falsas¹, algumas das quais tendo sido compartilhadas em redes sociais mais de 90 mil vezes, por pessoas com os mais variados perfis socioeconômicos e graus de instrução. Em face dessa e de outras questões nos sentimos provocados a refletir, numa perspectiva historiográfica, sobre os processos que permeiam a constituição e circulação de narrativas, tanto ficcionais ou literárias, quanto aquelas marcadamente falsas, enganosas, mas que se afirmam verdadeiras.

Para tanto, nos aproximamos do intelectual e escritor cearense Gustavo Barroso (1888-1957). Este autor, conservador, bastante erudito e com vasta obra, tanto nos domínios da literatura (romance e contos), quanto composta por textos que almejavam um

¹ Cf: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160417_noticias_falsas_redes_brasil_fd. Acesso: 10 de julho de 2016.

caráter historiográfico, escreveu um conjunto de ensaios publicados, em 1937, no livro “Judaísmo, Maçonaria e Comunismo”. Nestes textos, abertamente antisemitas, Gustavo Barroso discorre acerca da conspiração judaica, que, segundo acreditava, visava à dominação mundial. Deste livro recortamos para análise um de seus capítulos intitulado “As Reuniões Cabalísticas no Cemitério de Praga”, no qual o autor analisa uma série de aspectos que se relacionariam com essa suposta “ameaça judaica”.

Não nos aprofundaremos na participação de Barroso no movimento integralista brasileiro e nem nas relações deste agrupamento político com correntes antisemitas. Algumas pesquisas mais recentes² seguem nessa direção. Nosso intuito, por outro lado, é analisar determinados mecanismos narrativos presentes em um de seus escritos os quais, segundo nossa ótica, derivam das relações de intercessão entre história e ficção. Na tentativa de compreendermos tais mecanismos narrativos, dialogamos, principalmente, com dois autores. O critério de seleção para esse diálogo decorreu da relevância que cada um possui em seu campo de atuação. A seleção justifica-se, também, porque as reflexões que ambos elaboraram nos permitiram entender melhor a narrativa que analisamos aqui, dentro dos limites deste trabalho.

O primeiro autor é o filósofo e escritor italiano Umberto Eco (1932-2016). Ao tomar como objeto de reflexão a questão da narrativa, seja aquela abertamente ficcional, seja aquela que aspira um grau de veracidade, esse autor procura estabelecer um quadro sintético que nos permite compreender como ficção e realidade, mediadas pela narrativa, se aproximam e se afastam, às vezes até mesmo chegando a se confundir. O diálogo com Eco foi importante, também, por nos ajudar a entender a articulação entre antisemitismo e suas origens também na narrativa literária.

O segundo autor é o historiador francês Raoul Girardet (1917-2013), o qual tece fértil análise sobre o papel do mito, no âmbito do que ele definiu como mitologias políticas. Estas, para esse autor, compreendem quatro grandes narrativas: o mito do Salvador; o mito da Unidade; o mito da Idade de Ouro; e o mito da Conspiração, os quais se articulam, mas também atuam de modo isolado. Voltamos nossos olhos, principalmente, para a mitologia do complô, que possui íntima relação com as narrativas que defendem a existência de uma suposta trama judaica de dominação global.

Na primeira seção de nosso trabalho apresentamos alguns dos pressupostos formulados por Umberto Eco, além de acompanhar seu raciocínio quanto à articulação entre ficção e antisemitismo. Na segunda seção aprofundamos nosso diálogo com Girardet, tanto

² Por exemplo: VIEIRA, 2012; DANTAS, 2014.

no sentido de apontar os elementos que, segundo esse autor, fazem parte do legendário da conspiração, quanto no empenho de colocar em paralelo os elementos próprios dessa mitologia política com a estrutura da narrativa produzida por Gustavo Barroso. Acreditamos que, com isso, pudemos traçar um quadro que, dentro de suas limitações, procura contribuir na compreensão de como a ficção pode não somente conviver com a realidade, mas também com ela se confundir ao ponto de contribuir como justificativa possível para atos autoritários e/ou verdadeiramente cruéis.

Entrando no Bosque: Narrativas e Protocolos Ficcionalis

À primeira vista, distinguir “ficção” e “realidade” para o senso comum é fácil. Não é raro ouvirmos dizer que “realidade” é aquilo que acontece/aconteceu efetivamente, que é algo possível de ser experimentado empiricamente. “Real” ou “realidade” seria um fato, uma circunstância, uma experiência que possui (ou possuiu) existência objetiva. Por outro lado, na “ficção” encerra-se tudo aquilo que é sonhado, “inventado”, tudo aquilo que “não é real”, que não aconteceu efetivamente, que possui existência mais “subjetiva” do que “objetiva”. Desse modo, não haveria razão para confundir essas dimensões, na medida em que seria fácil diferenciá-las.

Todavia, com a inclusão do “imaginário” e das “mentalidades” como domínios possíveis para a investigação historiográfica, assim como com os desdobramentos da “Virada Linguística” (*Linguistic Turn*), com as reflexões derivadas dos estudos que analisam as interfaces entre História e Literatura, com os diálogos com a teoria literária e com a teoria dos trópicos discursivos, que tem em Hayden White (1992; 2001) um dos seus expoentes, as fronteiras que delimitam “ficção” e “realidade” não somente se aproximam, como podem até mesmo se confundir, inclusive na narrativa do historiador.

O preconceito contra judeus na Europa Ocidental e Oriental não é um fenômeno recente, muito embora a maioria das referências a esse tema (associadas ao Holocausto) possa fazer parecer, por vezes, que o antissemitismo seja uma característica que somente veio à tona alguns anos antes, durante e depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), pelo fato da ideologia nazifascista transformar o discurso de ódio contra judeus em uma das bases de seu ideário político. De acordo com Hannah Arendt (1989, p. 18), “A história do antissemitismo, como a história do ódio aos judeus, é parte integrante da longa e intrincada história das relações que prevaleciam entre judeus e gentios desde o início da dispersão judaica”.

Não é equivocado afirmar que o preconceito contra judeus, portanto, é/era “real”, na medida em que há registros desse fenômeno ao longo da história, em épocas e lugares diferentes. Por exemplo, podemos citar as pesquisas desenvolvidas por Theodor Adorno, Else Frenkel-Brunswik, Daniel J. Levinson e R. Nevitt Sanford, junto com outros colaboradores, que deram origem ao livro “A Personalidade Autoritária” (1965). Tais pesquisas, realizadas na Universidade da Califórnia, em Berkeley, em fins dos anos 1940 e no início dos anos 1950, foram feitas mediante aplicação de questionários e entrevistas, assim como pela elaboração de escalas para formar perfis psicológicos. Visava-se compreender o que esses pesquisadores denominavam “personalidade autoritária”, que seria uma predisposição psicológica/psicossocial, presente em certos indivíduos e grupos, para aceitar sem muita resistência tendências antidemocráticas, preconceituosas/fascistas. O antissemitismo seria um dos traços dessa “personalidade autoritária”. Esse livro, seus resultados e procedimentos, tornaram-se objeto de análise de artigos mais recentes³, os quais, ainda que apontem carências nessa pesquisa, enxergam como válidos os resultados alcançados por Adorno e seus colaboradores.

Podemos citar também o livro “Os Assassinos da Memória”, escrito pelo historiador Pierre Vidal-Naquet (1988), que, em face da problemática do antissemitismo, critica com bastante objetividade a inconsistência de algumas teses derivadas da corrente “revisionista”, a qual sintetiza uma linha interpretativa formada por autores que negam a existência do holocausto judeu, perpetrado pelos nazistas. Tais discussões já alimentaram (e ainda alimentam) debates acalorados.

O antissemitismo, assim como outras posturas autoritárias/intolerantes (seja o preconceito religioso, étnico/racial ou de gênero), infelizmente ainda ecoa em nosso tempo presente, encontrando terreno fértil em determinados indivíduos ou grupos, mais ou menos predispostos a esses preconceitos e discursos de ódio. E, cabe ressaltar, a adoção de atitudes preconceituosas é um fenômeno que não possui um perfil único, seja social, religioso, econômico ou educacional. Configura um espectro amplo e variado.

A existência do antissemitismo possui, também, estreita ligação com o que podemos chamar de “ficção”, mais especificamente, com a narrativa literária. Veremos como isso se processa na análise de um texto do escritor cearense Gustavo Barroso (1888-1957). Esse intelectual, bacharel em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro (1911), é autor de vasta obra, tendo escrito inúmeros textos literários (romances e contos). Também atuava como historiador, folclorista, cronista. Era adepto do Integralismo, movimento político

³ CF, por exemplo: CARONE, 2012; GOMIDE e MACIEL, 2015; HABER, 2014.

filofascista e nacionalista brasileiro (OLIVEIRA, 2006). Abertamente antissemita, escreveu e publicou, em 1937, um livro intitulado “Judaísmo, Maçonaria e Comunismo”, que será analisado aqui em partes. Antes, no entanto, é preciso definir um ponto de partida, assim como realizar uma pequena digressão.

Ao assinalarmos a relação entre antissemitismo, narrativa(s) e ficção literária, nos aproximamos dos caminhos trilhados pelo filósofo Umberto Eco. Esse autor elabora uma rica metáfora para nos apresentar aquilo que entende por ficção: esta seria como um tipo de “bosque”. Diferentemente de um jardim, mais organizado e planejado, um bosque não possui entradas ou saídas bem definidas. É forte a chance de nos perdermos nele, ou seja, de confundirmos, em certos casos, ficção e realidade.

Para esse autor, estamos cercados por diversas narrativas, tanto aquelas que claramente se definem como ficcionais, como outras tantas. Em face do mundo em que vivemos e destas narrativas, ele afirma que possuímos “...uma tendência natural de interpretar o que nos acontece em termos do que Barthes chamou de ‘*texte lisible*’, *texto legível*. Já que a ficção parece mais confortável que a vida, tentamos ler a vida como se fosse uma obra de ficção...” (ECO, 1994, p.124). Ao entramos em contato com as narrativas que nos cercam (ficcionais ou não) também criamos nossas próprias narrativas e ficções. Algumas são inofensivas, positivas. Outras, nem tanto.

As narrativas abertamente ficcionais, literárias, se apresentam de modo bastante peculiar. Diante delas, “...suspendemos a descrença e nos preparamos para entrar num mundo imaginário” (ECO, 1994, p.125). Isto é, sabemos que aquela narrativa com a qual entramos em contato não é “verdadeira”. No entanto, ao suspendermos nossa descrença, “embarcamos” nela de bom grado. Somos afetados pelas narrativas ficcionais com as quais nos envolvemos: sentimos medo, raiva, alegria, tristeza, prazer...

Para Umberto Eco (1994, p.125-126), uma narrativa abertamente ficcional pode ser chamada de “narrativa artificial”, ao passo em que uma narrativa que não se apresente dessa forma, que se mostra como um relato cotidiano, plausível, verossímil e, provavelmente, “verdadeiro”, seria definida como uma “narrativa natural”. A diferença entre ambas é tênue, porém existe: sabemos que a narrativa artificial possui algo ficcional, enquanto que a narrativa natural parece (e quase sempre é) verdadeira, embora possa configurar uma “mentira” por parte do narrador/interlocutor.

Um dos sinais que podem nos orientar na identificação de uma narrativa artificial é o que Eco (1994, p.126) chama de “paratexto”. Um sinal paratextual pode ser o nome de um notório autor de romances na capa de um livro: caso seja reconhecido como autor de ficção, a repetição de seu nome em um ou vários livros muito provavelmente indica que tal texto

seja um relato ficcional. Outro sinal paratextual clássico “...é uma fórmula introdutória como ‘Era uma Vez’” (ECO, 1994, p.126). Na dialética que estabelecemos com as narrativas, ficcionais ou não, é possível apreender outras características relacionadas aos conceitos indicados acima. Dificilmente, numa conversa coloquial, nosso interlocutor irá começar sua narrativa natural com um “Era uma vez...”, pois isso enfraqueceria a veracidade/verossimilhança de seu relato.

Em outras narrativas artificiais, ficcionais, vemos justamente o oposto: a indicação de que aquela narrativa ficcional não seria fictícia. Por exemplo, a narrativa cinematográfica *Star Wars*, inicia-se com “*a long time ago in a galaxy far, far away...*”. O roteiro desse filme não deseja nos “enganar”, ele não está mentindo quando afirma que aquela narrativa aconteceu “...há muito tempo atrás numa galáxia muito, muito distante...”. Nas palavras de Umberto Eco (1994, p.128) tal sinal paratextual “...é a falsa afirmação de veracidade no começo de uma história...” e funciona como um recurso estilístico: procura criar um efeito de realidade em face do qual suspendamos nossa descrença. Em meio às narrativas que nos cercam, cotidianamente, algumas, inclusive as ficcionais, possuem uma força tal que quase não percebemos nosso envolvimento nela (ou por ela). Nesses casos, como afirma Eco (1994, p. 131):

Na ficção, as referências precisas ao mundo real são tão intimamente ligadas que, depois de passar algum tempo no mundo do romance e de misturar elementos ficcionais com referências à realidade, como se deve, o leitor já não sabe muito bem onde está. Tal situação dá origem a alguns fenômenos bastante conhecidos. O mais comum é o leitor projetar o modelo ficcional na realidade – em outras palavras, o leitor passa a acreditar na existência real de personagens e acontecimentos ficcionais.

O fenômeno descrito acima não é incomum: “O fato de muitas pessoas acreditarem que Sherlock Holmes tenha existido de fato é apenas o mais famoso de numerosos exemplos possíveis”, observa Eco (1994, p.131). Definido esse ponto de partida, vejamos, numa rápida digressão, como Umberto Eco rastreou associações entre antissemitismo e ficção literária, o que ajudará bastante em nossa análise.

O cenário inicial, espécie de pano de fundo geral, foi a circulação, em meados do século XVII, de panfletos anônimos ou atribuídos a autores lendários. Alguns desses textos, conforme Eco, serviram como fundamento para a ordem Rosa-Cruz. Textos dessa natureza e a criação, já no século XVIII, de “sociedades secretas” e grupos esotéricos, como a maçonaria escocesa, derivada da maçonaria francesa, contribuíram para a circulação e a “popularização” desses grupos e textos ditos “misteriosos”. Por essa época, foi sugerida a existência de “Superiores Desconhecidos” (ECO, 1994, p.139), que estariam empenhados na dominação mundial.

A sugestão de que organizações/indivíduos estariam ocultamente orquestrando a dominação mundial logo foi transposta do campo dessas narrativas “secretas” para textos que criticavam certos grupos da sociedade. Segundo Eco, em 1789, o marquês de Luchet acusava e denunciava a existência de grupos cegamente obedientes (fazendo referência aos jesuítas), que realizavam ritos e cerimônias (referindo-se aos maçons), completamente envoltos por segredos e mistérios (numa alusão aos antigos Templários).

Narrativas com esse teor também foram transpostas para escritos que almejavam um caráter de análise histórica, social ou política. Por exemplo, o abade Barruel escreveu um texto no qual defendia que a Revolução Francesa fora apoiada por maçons e por um grupo ainda mais misterioso, os “Iluminados da Baviera” (ECO, 1994, p.139). Umberto Eco afirma ainda que os pontos de referência mais comuns nessas narrativas “secretas”, até o momento, eram os maçons e os jesuítas, assim como, ocasionalmente, os templários. Contudo, um novo agente surgiu:

As Mémoires de Barruel não contém nenhuma referência aos judeus. Contudo, em 1806, o abade recebeu uma carta de um certo capitão Simonini, o qual afirmava que Manés (o fundador do maniqueísmo) e o Velho da Montanha (grão-mestre da ordem secreta dos Assassinos e aliado notório dos templários originais) eram judeus; que a maçonaria fora fundada por judeus; e que judeus se infiltraram em todas as sociedades secretas existentes (ECO, 1994, p.140).

Conforme Eco, essa “Carta de Simonini” provavelmente seria uma forma de difamar a comunidade judaica francesa, na medida em que Napoleão estava se aproximando deles visando obter alguma vantagem no jogo político. Tais boatos começaram a se espalhar e, evidentemente, encontraram terreno fértil em vários países, lugares e setores sociais, já dotados de preconceitos contra judeus.

No contexto do século XIX, um conjunto de narrativas ficcionais explorava com sucesso um popular gênero literário, se assim podemos chamar: as narrativas de complô. Os “agentes” ocultos, ainda por essa época, quase sempre eram relacionados aos jesuítas, aos maçons e aos judeus. Raoul Girardet (1987, p.33), associa as narrativas desse tipo (complô/conspiração) ao estilo bastante popular do romance-folhetim.

Numa síntese rápida, Girardet, e também Umberto Eco, apontam algumas das narrativas de complô mais populares da época, as quais, como de costume, faziam referência aos “agentes” ocultos citados acima. Entre tais romances e narrativas então publicados vemos: “Joseph Balsamo” (1846-49), de Alexandre Dumas, “Biarritz” (1868), de Sir John Retcliff (pseudônimo de Hermann Goedesche), “Le Juif Errant” (“O Judeu Errante”, 1848, aproximadamente), de Eugène Sue e “Les Juifs, nos Contemporains” (“Os Judeus, Nossos Contemporâneos”, 1896), de François Bournaud.

Outro texto que merece atenção é o panfleto político de Maurice Joly (1829-1878), “Diálogos no Inferno entre Maquiavel e Montesquieu”, publicado em 1864. Joly escreveu e publicou esse panfleto como crítica ao regime do Imperador Napoleão III, contra o qual se apresentava como ferrenho adversário. Esse texto de Joly, segundo Eco, apresentava algumas passagens bastante semelhantes às narrativas de Eugène Sue. Em 1868, Sir John Retcliffe/Herman Goedesche, descrevera em seu romance Biarritz uma cena na qual líderes judeus, reunidos à noite num cemitério, discutiam o andamento e os preparativos para a dominação mundial que eles protagonizavam secretamente.

Umberto Eco aponta a ocorrência flagrante de plágios nessas narrativas. Por exemplo, Eco (1994, p. 141) afirma que a cena do “cemitério” descrita por Goedesche no romance Biarritz, fora “inspirada” numa cena do romance “Joseph Balsamo”, de Dumas, na qual o personagem Cagliostro, líder dos “superiores desconhecidos”, reúne-se com o grupo dos “Iluminados”, para tratar de complôs e conspirações. “Cinco anos depois [do romance Biarritz, ou seja, em 1871], um panfleto russo (“Os judeus, senhores do mundo”) reutilizou a mesma cena [a reunião dos líderes judeus no cemitério] como se fosse verdadeira” (ECO, 1994, p.142). A ficção mistura-se com a realidade:

Em 1881, o periódico francês *Le Contemporain* publicou a história [da reunião judaica no cemitério] mais uma vez, afirmando que provinha de uma fonte irreprochável, o diplomata inglês John Readcliff [modificação do pseudônimo “Retcliffe” utilizado por Goedesche, autor de Biarritz] (ECO, 1994, p.142).

Na Rússia czarista, um grupo de políticos via com maus olhos a aproximação do Czar Nicolau II com a comunidade judaica russa. Peter Ivanovich Rachkovsky (1853-1910), chefe da polícia política czarista (Okhrana) e membro do agrupamento antissemita “Centúrias Negras” (ECO, 1994, p.142), ajudava um “padrinho político” seu, o Conde Sergei Witte (1849-1915), numa disputa política contra Elie de Cyon (1843-1912). Este havia adulterado uma cópia do panfleto escrito por Maurice Joly, substituindo o personagem ali criticado (Napoleão III) por seu desafeto, Sergei Witte. Ao tomar posse desse documento, Rachkovsky fez nova adulteração

...eliminando todas as referências a Witte e atribuindo a trama aos judeus. O nome “Cyon” lembrava “Sion”, e Rachkovsky achou que uma trama de judeus denunciada por um judeu podia ser altamente confiável. O texto criado por Rachkovsky foi provavelmente a primeira fonte dos Protocolos dos Sábios de Sião (ECO, 1994, p.142).

Os “Protocolos dos Sábios de Sião” não possui autor definido. Eco o associa ao plágio de Peter Rachkovsky, derivado do texto de Joly. Outro possível autor é o franco-russo Mathieu Golovinski (1865-1920) (EISNER, 2006, p.31). Para Eco (1994, P. 142-143),

Os *Protocolos* são (...) ficcionais, pois neles os sábios expõem seus malignos planos sem o menor pudor – o que seria plausível num romance de Sue. (...) Os sábios declaram (...): “Temos uma ambição ilimitada, uma cobiça voraz, um desejo impiedoso de vingança e um ódio intenso”. (...) os sábios querem abolir a liberdade de imprensa, mas estimulam a libertinagem. Criticam o liberalismo, mas apoiam a ideia de corporações multinacionais. Pregam a revolução em todos os países, mas querem exacerbar a desigualdade com o objetivo de incitar as massas. Planejam construir metrô para ter um modo de minar as grandes cidades. (...) Desejam (...) imbecilizar a classe trabalhadora. E assim por diante.

A publicação russa dos “Protocolos...”, de 1905, adquirida pelo Czar Nicolau II, fora elaborada e prefaciada por Sergei Nilus (1862-1929), um monge russo que vivia na França. Nilus almejava aproximar-se do czar, desejando tornar-se seu conselheiro. Acreditou que “denunciar” a trama da conspiração judaica perante o Czar poderia lhe render vantagens. Esse texto atizou o antissemitismo na Rússia, que já era forte.

O jornal londrino “*The Times*”, no dia 08 de maio de 1920, então editado por Wickham Steed (1871-1956), publicava em suas páginas um editorial intitulado “A Ameaça Judaica – Um Panfleto Perturbador: Clama por Investigação”, denunciando a ficção contida nos “Protocolos...” como uma ameaça real (EISNER, 2006, p.67). No ano seguinte, Phillip Graves (1876-1953) expôs nesse mesmo jornal a fraude que era o texto dos “Protocolos...”, inclusive apontado as “semelhanças” entre esse texto e o panfleto anterior a esse, de Maurice Joly. Will Eisner (2006, p. 73) reproduz duas dessas passagens:

[Nos “Diálogos no Inferno...” de Joly, lemos]: “Primeiro Diálogo – Maquiavel: o instinto para o mal no homem é mais forte que o instinto para o bem. O homem está mais inclinado ao mal do que ao bem; (...) todo homem busca poder, e não há nem mesmo um que não seria opressor caso pudesse (...) O que restringe esses animais ferozes que chamamos homens? (...) A liberdade política é uma ideia relativa”.

[Nos “Protocolos...”, no nº 1, §§ 3-6, lemos]: “Vale notar que os homens com instintos para o mal são mais numerosos do que aqueles com instintos para o bem (...) todo homem almeja o poder, todos se tornariam ditadores se pudessem (...) O que refreou essas aves de rapina chamadas homens? (...) Liberdade política é uma ideia, não um fato.

Apesar da reportagem de Graves indicar com clareza a falsificação dos de “Os Protocolos...” e a “inspiração” no texto de Joly, “...esse texto percorreu a Europa e foi cair nas mãos de Hitler. Vocês conhecem o resto da História” (ECO, 1994, p.143). A republicação dos “Protocolos...” foi contínua: na Alemanha em 1919 (inclusive citado no “Minha Luta”, de Hitler); na Suíça em 1933; nos EUA nos anos 1920 Henry Ford custeou 500 mil cópias (só em 1926 ele retratou-se em face da ameaça de ser processado); na França em 1934; no Brasil em 1937 (EISNER, 2006, p.98-109).

Feita essa contextualização, voltemos aos conceitos de “narrativa artificial” e “narrativa natural”, citados por Umberto Eco. Enquanto o primeiro pode apresentar sinais paratextuais que indicam sua ficcionalidade (mesmo quando apresenta sinais estilísticos que

buscam um “efeito de verdade”), o segundo, em tese, não poderia ser tão facilmente confundido com uma narrativa de ficção, na medida em que seu caráter menos complexo, mais cotidiano, coloquial, pressupõe/sugere certa “veracidade”. No entanto,

...qualquer tentativa de determinar as diferenças estruturais entre narrativa natural e artificial pode ser anulada por uma série de contraexemplos. Poderíamos, por exemplo, definir ficção como uma narrativa em que as personagens realizam certas ações ou passam por certas experiências e na qual essas ações e paixões transportam a personagem de um estado inicial para um final. Contudo, poderíamos aplicar a mesma definição também a uma história séria e verdadeira como: “Ontem à noite, eu estava faminto. Saí para comer. Pedi bife e lagosta e depois fiquei satisfeito” (ECO, 1994, p.127).

Esse exemplo do jantar pode ser encaixado numa narrativa “natural”: indica uma circunstância cotidiana, ordinária, que não parece “ficcional”. No entanto, apesar de sua aparência “verdadeira”, ela pode ser fictícia. Eco (1994, p. 128) diz ainda que

Parece que a ficcionalidade se revela por meio da insistência em detalhes inverificáveis e intrusões introspectivas (...) Roland Barthes, (...) citou um trecho da História da França, de Michelet (...), em que o autor [descreve] a prisão de Charlotte Corday: (...) (“Ao cabo de uma hora e meia bateram de leve numa pequena porta que estava atrás dela”).

Isso significa que se Michelet não possuir um registro que indique a cena descrita (o leve bater na porta...), ele estaria citando um detalhe inverificável (apesar de plausível ou verossímil) e, assim, aproximando-se da ficção. No exemplo do jantar, citado acima, aquela narrativa pode ser definida como “natural” se estiver sustentada por detalhes verificáveis; se a narrativa estivesse sustentada apenas por detalhes inverificáveis, a narrativa perde seu caráter “natural”, aproximando-se da ficção ou mesmo da mentira.

No início dessa seção, comentamos, ainda, que no saber tácito do senso comum não haveria grandes dificuldades em diferenciar uma “ficção” da “realidade”: uma possui as características que a outra não possui. A “ficção” seria algo que não aconteceu “de fato”, a “realidade” sendo seu oposto direto. Wolfgang Iser (2002, p. 957-958) sugere, ao contrário, uma relação ternária, uma tríade dinâmica marcada pelo fictício, pelo real e pelo imaginário:

A relação opositiva (...) já pressupõe a certeza do que sejam ficção e realidade. (...) Nessa certeza irrefletida, recalca-se (...) o problema [do imaginário/imaginação]: (...) como pode existir algo que, embora existente, não possui o caráter de realidade? (...) Temos daí uma justificativa heurística para substituir a relação opositiva usual pela tríade do real, fictício e imaginário (...) há no texto ficcional muita realidade que não só deve ser identificável como realidade social, mas que também pode ser da ordem sentimental ou emocional.

Para Iser existem narrativas (ou enunciados) que se dedicam na descrição de uma realidade (a ser) vivida (por exemplo, quando alguém diz que fez ou fará algo). Ao possuir outra finalidade além dessa, a narrativa/enunciado pode tornar-se um “ato de fingir”,

configurando tanto uma “mentira” (um enunciado/narrativa criado para ocultar um fato/circunstância), quanto uma complexa e rica narrativa literária. Esta, como não se esgota na descrição de uma realidade (a ser) vivida, pode ser constantemente “repetida” e, assim, implica na “...preparação de um imaginário” (ISER, 2002, p.957).

Desse modo, é como se ocorresse a criação de um imaginário derivado da historicidade comprovada do antissemitismo e relacionado com as tramas da ficção, dos romances e panfletos, como os “Protocolos...”, que focam o suposto complô judaico. Tal imaginário, com raízes na ficção e no plágio, é tomado como verdadeiro, podendo existir factualmente como crença num objeto cujos detalhes essenciais são inverificáveis.

A tradução e publicação dos “Protocolos dos Sábios do Sião”, no Brasil, em 1937, foi feita pelo escritor Gustavo Barroso. Todavia, nosso objeto de estudo aqui não é o texto dos “Protocolos...” em si, mas, sim, um dos escritos de Barroso, componente do livro também publicado naquele mesmo ano, intitulado “Judaísmo, Maçonaria e Comunismo”. Nos textos desse livro, Barroso corrobora convicto com a ideia de que os judeus estariam por trás da maçonaria, assim como seriam eles, também, os principais apoiadores/difusores dos males do capitalismo e do comunismo, mundialmente e aqui em nosso país.

O fragmento que selecionamos de seu livro é o ensaio intitulado “As Reuniões Cabalísticas no Cemitério de Praga”. Na análise desse texto, podemos perceber o profundo entrelaçamento, para não dizer verdadeira (con)fusão entre ficção, realidade e imaginário. Gustavo Barroso era adepto do chamado Integralismo, movimento brasileiro com claras tonalidades autoritárias e filofascistas. Na dedicatória do livro lemos: “Aos Camisas-Verdes de Minas, amigos do meu coração, ANAUÊ”, termo esse que possuiria origem tupi, significando algo como “você é meu irmão”, utilizado como saudação pelos integralistas. No início do referido ensaio, Barroso (1937, p. 149) afirma com convicção:

Durante séculos se tem dito e escrito que os chefes ocultos do povo de Israel se reúnem em certas datas, misteriosamente, na cidade de Praga, a fim de deliberar sobre seu plano de domínio do mundo. Os israelitas desmentem essa versão, taxam-na de lenda, desacreditam-na como uma caraminhola. O mesmo teem (sic) eles feito em relação aos provadíssimos crimes rituais e aos mais do que provados “Protocolos dos sábios de Sião”.

Nesse parágrafo vemos como figura, para Barroso, a ameaça que o povo judeu representaria para o mundo. Em seu imaginário, há um misto de preconceito antissemita e ficção, na medida em que ele aceita como prova irrefutável de tal ameaça tudo o que foi dito nos “Protocolos dos Sábios do Sião” e em narrativas semelhantes. É curioso perceber que o título do capítulo de seu livro que analisamos remete, precisamente, àquela mesma cena da

reunião do cemitério, comum em ficções literárias, inspirada por um dos romances de Dumas, também presente em panfletos antijudaicos.

Outro ponto interessante a notar é, precisamente, as fronteiras que aproximam e separam as narrativas “naturais” e “artificiais”. Barroso almeja uma narrativa “natural”, que se afirma “verdadeira”, mas utiliza sinais paratextuais que o aproximam de uma narrativa artificial, ficcional: ele diz que “durante séculos...” os judeus “se reúnem em certas datas, misteriosamente”, na cidade de Praga. Os detalhes que, para ele, reforçam a ameaça judaica, são vagos, inverificáveis (“certas datas”, “chefes ocultos”, “misteriosamente”). Por outro lado, no segundo parágrafo de seu texto, ele diz:

Segundo um estudo profundo e documentado que ultimamente o Sr. P. Hochmuth editou em Berlim, essa reunião misteriosa dos líderes judaicos se realiza na noite que precede à Festa dos Tabernáculos, no cemitério israelita da cidade de Praga, todos os séculos. É uma tradição milenar. Nenhum póde faltar a ela (BARROSO, 1937, p.149).

Nessa segunda passagem, já existe uma indicação mais palpável: uma data aproximada (noite anterior à Festa dos Tabernáculos, que normalmente inicia-se nos dias 16/17 de outubro), um local mais preciso (cemitério israelita de Praga). Entretanto, apesar desses indicativos (data, local), a continuidade da narrativa de Barroso apresenta fortes protocolos ficcionais, além de articular-se com uma série de elementos próprios da narrativa de conspiração que mescla, também, acontecimentos efetivamente históricos com elementos fictícios e imaginários. Veremos essa articulação melhor a seguir.

Preconceito e Narrativas de Conspiração

O historiador francês Raoul Girardet (1987), em suas análises sobre o imaginário político, identificou a existência de quatro mitologias políticas mais comuns. Girardet trabalha com o mito em sua acepção conceitual, ou seja, não o considera como uma narrativa “falsa”, “mentirosa”, mas, antes de tudo, como uma narrativa que explica. Desse modo, cada um dos quatro mitos apresenta uma narrativa explicativa própria.

Grosso modo, o mito do “Salvador” trata da suposta existência de indivíduo/grupo que, em tese, literalmente salva(ria) um país, uma sociedade, um grupo étnico/religioso, etc., de um estado de crise. O mito da “Unidade”, por sua vez, defende a existência, no passado, de um estado de unidade “ideal” que deve ser reinstalado (ou tomado como “modelo”), no presente. O mito da “Idade de Ouro” segue numa linha semelhante: outrora, existiu um tempo de glória, paz e prosperidade. Logo, deve-se “resgatar” ou “retornar” a esse estado idealizado. Por fim, o mito da conspiração tem como tema a existência de um

inimigo (individual ou coletivo) que, atuando nas sombras, mediante complôs, sabotagens e traições, se empenha na dominação mundial. Para Girardet (1987, p. 13),

O mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária, (...) exerce (...) uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através do qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos. (...) o mito ocupa um lugar muito importante nas origens das cruzadas e das revoluções.

O estudo citado anteriormente, editado na Alemanha por Paul Hochmuth, segundo pudemos levantar, trata-se do panfleto antisemita “*Die Wahrheit Über Die Jüdischen Ritualmorde*”⁴, que, em tradução livre seria “A Verdade Sobre os Assassínatos Rituais Judaicos”, tido como “prova” do “complô judeu”. Sobre as reuniões secretas, Gustavo Barroso (1937, p. 150) afirma:

A convocação é feita pelo sucessor do famoso talmudista e cabalista Rabi Simeão Ben Juda. Uma senha secreta e secular que só conhecem de pais a filhos os representantes das diversas tribus permite tomar parte na reunião. Esta se faz em redor do túmulo do famoso Rabi Simeão, à luz velada de uma lanterna. Os chefes de Israel dão conta do que se passa nos países onde se acham dispersos e recebem do chefe supremo as diretrizes gerais do plano judaico de domínio mundial.

Os elementos relativos à narrativa de conspiração estão, portanto, todos presentes: “senha secreta e secular”, reunião num lugar ermo, ao redor de um “túmulo”, “à luz velada de uma lanterna”. Nesse cenário soturno, seriam discutidos os próximos passos do plano de “dominação mundial”. Misto de preconceito historicamente arraigado com aspectos ficcionais, o mito político se impõe àquele(s) que nele acredita(m), “...constituindo ele próprio um sistema de crenças coerente e completo. Ele já não invoca, nessas condições, nenhuma outra legitimidade a não ser a de sua simples afirmação, nenhuma outra lógica que não a de seu livre desenvolvimento” (GIRARDET, 1987, p.11-12).

Nesse sentido, o mito político, por sua autorreferencialidade, ganha força pela sua repetição: quanto mais ele é reafirmado, mais ele é tomado como “verdade”. Daí a dificuldade em contradizer os “adeptos” de uma mitologia política: “o mito só pode ser compreendido se é intimamente vivido, mas vivê-lo impede de dar-se conta dele objetivamente” (GIRARDET, 1987, p.23).

A lógica que sustenta a crença de pessoas/grupos em mitos dessa natureza é bastante discutível e não escapa a uma circularidade bastante viciosa. Não se busca evidências concretas, pois estas, quase sempre, são impossíveis de serem encontradas, ou

⁴ Algumas informações sobre esse panfleto antisemita estão disponíveis no site: <http://collections.ushmm.org/search/catalog/bib244578> Acesso: 20 de julho de 2016.

seja, são inverificáveis. Assim, afirma-se a crença como evidência para aquilo que se crê. Vejamos isso melhor recorrendo à Umberto Eco (1994, p. 145), que observa:

Em 1924, Nesta Webster [1876-1960], que [acreditava na] história dos Superiores Desconhecidos e da trama judaica, escreveu um livro intitulado *Secret societies and subversive movements* (...) conhecia as revelações do *Times* e sabia a história inteira de Nilus, Rachkovsky, Goedesche e por aí fora (...) Eis sua conclusão: ‘A única opinião que endossei (...), é a de que os *Protocolos* representam (...) um programa de uma revolução mundial e que (...) sua semelhança com os protocolos de determinadas sociedade secretas do passado, foram obra de uma sociedade secreta ou de alguém (...) versado no conhecimento de sociedades secretas e que conseguiu reproduzir suas ideias e fraseologia.’ O Silogismo é impecável: uma vez que se assemelham à história que contei, os *Protocolos* a confirmam. [Um pouco antes, Eco escreve]: Mas provas não bastam para aqueles que querem viver num romance de horror.

Girardet elabora suas análises partindo de um mesmo pano de fundo histórico àquela já apontado por Eco. A existência de textos ditos “misteriosos” ou de autoria “lendária”, juntamente com a criação de sociedades secretas e esotéricas gerou verdadeira matéria-prima para narrativas literárias de conspiração, as mais famosas sendo aquelas que representavam o complô das “lojas maçônicas”, o complô da “companhia de Jesus” ou a conspiração do “grande sínédrio judaico universal” (todos esses dotados de características intercambiáveis). O problema foi, justamente, a transposição de modelos ficcionais para a realidade, esta, muitas vezes, já impregnada por toda sorte de preconceitos, tais como o próprio antissemitismo.

Nas narrativas de conspiração, a ideia da “organização” secreta e do “juramento de silêncio” (GIRARDET, 1987, p.34) é um protocolo ficcional constante. Haveria toda uma codificação de senhas e sinais para que os membros se identifiquem mutuamente, nas sessões cerimoniais, de deliberação e de iniciação. Vimos isso no texto de Gustavo Barroso quando ele fala da “senha secreta e secular” transmitida, de pai para filho, que permite a entrada nas reuniões secretas no cemitério. Ainda no texto de Barroso (1937, p. 150), lemos:

O primeiro concílio dêsse terrível Sinhédrio [sic] Cabalístico realizou-se no ano da graça de 1461, segundo foi convenientemente apurado. Sobre o segundo e o terceiro não foi possível saber nada. Obtiveram-se dificilmente alguns informes sobre o quarto, em 1761. Como resultado do plano determinado no primeiro Sinhédrio, o século XVI vira a quebra da unidade religiosa da Europa e o século XVII presenciara o esfacelamento dos povos nas estéreis e cruéis guerras religiosas. [Ainda na reunião de 1761], o representante da tribo de Ruben, domiciliado em Paris, anunciou que, desde o ano 1743, a velha e poderosa sociedade secreta conhecida pelo nome de Maçonaria, se pusera a serviço do judaísmo.

Na mitologia da conspiração, o “inimigo oculto”, está em todo lugar e em parte alguma: “Os lugares escolhidos para reuniões e conselhos devem garantir-lhes, seja por sua desconcertante banalidade, seja por suas dificuldades de aproximação, uma total

clandestinidade” (GIRARDET, 1987, p.34). A organização conspiratória, altamente estratificada, toma como forma e símbolo uma “pirâmide” (GIRARDET, 1987, p.35). Em seu ímpeto de dominação, os conspiradores não possuem limites: “...todos os meios são (...) declarados legítimos. E todos são, de fato, utilizados, sendo os primeiros os da espionagem e da delação” (GIRARDET, 1987, p. 37). Novamente, vejamos como Gustavo Barroso (1936, p. 152) descreve a ação “subterrânea” dos judeus:

A séde oculta da Revolução Francêsa foi a loja [maçônica] Neuf-Soeurs de Paris. Dela fizeram parte os enciclopedistas, os revolucionários e os jacobinos: Voltaire, Condorcet, Marat, Robespierre (...) A casa bancaria de Necker, o financista judeu suíço que acabou de arrebentar as finanças do reino (...) fornecia os meios pecuniários à Revolução. Os judeus ingleses também a financiavam. (...) Quem mais ganhou com a Revolução Francêsa foram justamente os judeus. (...) o regime capitalista que crearam inicia-se do fim do século XVIII ao começo do XIX, de 1790 a 1804. Com ele, (...) o judaísmo teve todos os poderes materiais e intelectuais do mundo. A preponderancia política, foi uma consequencia fatal disso. Todas as atividades sociais e todos os membros da sociedade passaram a depender da finança judaica.

Nessa lógica, são misturados elementos dotados de historicidade com elementos ficcionais. No imaginário de um adepto de mitologias conspiratórias, o paradoxo do aparente/oculto é essencial: na medida em que se postula o “inimigo” como estando “por detrás” de tudo é, precisamente, sua “ausência” que confirmaria sua presença. Essa presença “oculta”, efetiva e fugaz, ausente, atíça o imaginário. Para Girardet (1987, p. 39), um plano de dominação com ambições verdadeiramente globais pressuporia:

...uma gigantesca rede de controle e de informação [que] estende-se sobre o conjunto do corpo social. (...) A estratégia de manipulação se faz, em outras palavras, [de modo] multidimensional. O aparelho político e administrativo não constitui mais sua única aposta. Esta se expande para todos os domínios da vida coletiva, quer se trate dos costumes, da organização familiar, como também do sistema educacional ou dos mecanismos econômicos.

Uma dominação com tal abrangência, caso fosse efetivamente praticada, se sobreporia sobre a sociedade civil de modo tão totalitário que dificilmente deixaríamos de percebê-la, ao mesmo tempo em que não poderíamos reagir contra ela, na medida em que todas as esferas e dimensões sociais estariam “controladas” pela ação do “inimigo oculto”.

É certo que existem, atualmente, questões geopolíticas e de segurança nacional/internacional que, certamente, não prescindem do controle de informação, como atestam a existência de serviços de inteligência. Entretanto, a narrativa de conspiração postula a existência de um único “inimigo oculto”, agindo nacional/internacionalmente em todas as frentes, o que “justificaria” nosso ódio contra ele. É o postulado desse “inimigo” com sua “presença total”, porém oculta, que percebemos na narrativa de Gustavo Barroso (1936, p. 152-154):

O capitalismo, podendo dar ou tirar o pão, não só explorou economicamente as massas, explorou-as também politicamente. E, com uma habilidade satânica, acabou explorando socialmente a revolta dessas mesmas massas necessitadas por sua culpa. (...) O marxismo, como o liberalismo, nasceu do judaísmo aliado ocultamente à maçonaria. Essa obra foi realizada entre o 4º e o 5º Sinédrios cabalísticos do cemitério de Praga. Todo êsse trabalho tem sido genial e diabolicamente feito atrás dos bastidores, de maneira que os povos dêle se não apercebem ou só se apercebem muito tarde, recusando-se a acreditar naquêles que conhecem a trama e procuram abrir-lhes os olhos. Os governos aparentes das nações muito pouco ou nada governam. Êles são todos manobrados por governos ocultos.

Dessa forma, tudo é orquestrado de maneira extremamente “maquiavélica” por um único regente. As realidades positivas ou negativas geradas pelo capitalismo, assim como as lutas pela implantação da utopia do comunismo (mesmo em suas distorções historicamente situadas) seriam as duas frentes nas quais o “inimigo oculto” judaico batalha secretamente pela dominação do mundo. Suas maquinações são “diabólicas”, “satânicas”: os governos, completamente dominados por eles, não passariam de fantoches. Segundo Girardet (1987, p. 40-41), na mitologia da conspiração, afirma-se que

...os homens do Complô aprenderam a manejar [todas as estratégias possíveis]: a da corrupção, do aviltamento dos costumes, da desagregação sistemática das tradições e dos valores morais. (...) os “agentes” [conspiradores são] colocados junto [do “alvo”/vítima, em todas as esferas e dimensões e podem ser] empregados domésticos, governantes, preceptores, [que] a incitarão pouco a pouco a repudiar as concepções habituais de bem e de mal; [os agentes conspiradores] cultivarão seus vícios, lhe incutirão outros, a estimularão a essa “libertinagem precoce...”.

Na lógica da conspiração, o inimigo está em todo lugar, tanto os mais insuspeitos, quanto nos locais mais inacessíveis. O inimigo (apesar de normalmente ser identificado, como no caso dos judeus) pode ser qualquer um, manipulando direta ou indiretamente. A mitologia da conspiração possui uma série de aspectos e protocolos ficcionais bastante sedutores, que ataçam nosso imaginário. Seu potencial literário salta aos olhos e reconhecemos alguns destes protocolos em narrativas distintas, quase como um *déjà vu*.

Difíceis de serem verificadas, tais narrativas, por isso mesmo, quase sempre são tomadas como “verdadeiras” por seus adeptos. A conspiração é o não-visto, é o sugerido. Ocorre durante a noite, “o subterrâneo ou seu equivalente – cripta, jazigo, quarto fechado – desempenha, de fato, no legendário simbólico da conspiração, um papel essencial” (GIRARDET, 1987, p.42). Associa-se, facilmente, com um bestiário simbólico: “reúne a serpente, o rato, a sanguessuga, o polvo (...) a aranha constitui (...) a imagem simbólica privilegiada entre todas (GIRARDET, 1987, p.44). Em tais narrativas conspiratórias, facilmente o humano, o animal, o natural e o sobrenatural se misturam: “...servícias sexuais [são] infligidas às suas vítimas” (GIRARDET, 1987, p.46): sangue é consumido, ocorre

mutilações, profanações, blasfêmias. Em certas narrativas, conspiradores são acusados até de poderem “...tomar a forma de um animal...” (GIRARDET, 1987, p.47) e tais protocolos ficcionais rapidamente podem se tornar ficções de suspense e terror.

Na narrativa de Barroso, os protocolos ficcionais, em certo momento, praticamente se tornam preponderantes: sentimos a sensação de estarmos lendo a descrição da cena de um filme ou de uma narrativa literária. Para Barroso (1937, p. 155),

A quinta reunião foi celebrada em 1861. Segundo os horóscopos judaicos, deve ser a última antes da posse do domínio mundial pelos judeus, que está marcada para 1941. Dela ha informes um tanto minuciosos, pois as autoridades da Alemanha atual [Barroso escreve em 1937, não nos esqueçamos disso] se apossaram de arquivos importantíssimos, entre os quais os da própria maçonaria...

Desses documentos, Barroso (1937, p.155) descreve uma cena de modo detalhado, inclusive com direito à uma espécie de transcrição de diálogos entre os personagens:

A cêna (sic) passou-se desta fôrma:
 Treze vultos em torno do túmulo do Rabi Simeão, à luz azulada de uma lanterna. São os representantes das doze tribus e o chefe supremo de Israel. A voz deste diz soturnamente:
 – Salvé (sic), eleitos das doze tribus!
 Todos respondem baixo:
 – Salvé!
 – Estais preparados para cumprir a promessa neste Século?
 – Estamos!

Após a descrição desses diálogos iniciais, foi feita, segundo Barroso, a chamada de cada um dos representantes das doze tribos de Israel, cada qual respondendo e indicando sua localização pelo mundo: a tribo de Judá está em Amsterdam; a tribo de Benjamin, em Toledo; a tribo de Levi, em Worms; a tribo de Manassés, em Budapeste; a tribo de Gad, em Cracóvia; a tribo de Simeão, em Roma; a tribo de Zabulon, em Lisboa; a tribo de Ruben, em Paris; a tribo de Dan; em Constantinopla, a tribo de Aser, em Londres; a tribo de Issachar, em Nova York e a tribo de Neftali, em Praga (BARROSO, 1937, p.155-156).

Ainda segundo Gustavo Barroso, após discutirem os passos que já teriam sido dados no decurso dos planos de dominação global, é relatado que a hegemonia judaica por todo o planeta já seria praticamente plena, principalmente nos domínios intelectuais, da economia e da política. Após essas deliberações e ponderações, e, logicamente, antes das próximas, o representante da tribo de Levi

...terminou textualmente: “Os progressos da chamada cultura liberal dos povos cristãos são a melhor proteção do nosso empenho de alcançar o poder. Se um povo se atrever a opôr-se a nós, alvortaremos o mundo inteiro mediante os meios eficazes de propaganda, de modo que todos os outros povos olharão o opositor [dos judeus, no caso] com desdém, como um monstro de vandalismo, um criminoso contra as leis da humanidade e da civilização” [E, adverte Gustavo

Barroso,] É o que estão fazendo com a Alemanha Nazista (BARROSO, 1936, p.157).

Para Barroso, seria o nazismo a “defesa” dos alemães contra o complô judaico? Conhecemos os infelizes desdobramentos históricos que ocorreram entre fins dos anos 1930 até 1945, quando o mundo, em pouco mais de vinte anos, lançou-se novamente numa guerra mundial, deixando registrado o que a humanidade é capaz de fazer consigo mesma.

Para Raoul Girardet, a aceitação mais ou menos tácita de narrativas de conspiração possuem as mais variadas explicações. Estas podem derivar, por exemplo, dos domínios da psicologia, da sociologia (como foi o caso dos estudos realizados por Adorno e seus colaboradores) e da história. Esse fenômeno também pode ser explicado como derivado da xenofobia, do extremismo político, do fundamentalismo religioso (independente de qual seja sua matriz de fé), do preconceito étnico/racial ou de gênero. Girardet (1987, p. 55) afirma ainda: “quando a sociedade sofre, já constatava Durkheim, ela sente necessidade de encontrar a quem se possa imputar seu mal, sobre quem possa vingar-se de suas decepções”.

Até o término de seu ensaio, Barroso fez um breve sumário do poder financeiro de uma série de indivíduos judeus, ao redor do mundo, além de indicar, também, os próximos passos, que seriam os últimos, da definitiva dominação global pelos judeus, supostamente ditados pelos representantes das doze tribos judaicas, então reunidas no cemitério:

O representante de tribu de Ruben declarou que Israel devia dominar as bolsas (...) afim de (...) apoderar-se do capital móvel do mundo. O de Judá falou da destruição da pequena propriedade (...) proletarizar a classe média, o operário e o camponês. O de Gad [indicou a] propagação sistemática da incredulidade e do ateísmo [visando] minar [a] Igreja cristã (...) O de Issachar propôs a luta contra os exercitos sob a bandeira do pacifismo, de modo a tirar o espírito militar dos povos. O de Zabulon foi pelas agitações das massas e pelas revoluções [que] desorganizam as nações que êle quer conquistar. O de Dan [propôs] tomar conta de todo o comercio dos cristãos, sobretudo da agricultura. O de Nefali [o domínio] das repartições públicas (...) cargos técnicos (...) advocacia, na magistratura e na clínica. O de Benjamin [o domínio de associações] literárias, até esportivas (...). O de Aser [propôs] o casamento de judias com cristãos (...). O de Manassé (...) alcançar a posse da imprensa (BARROSO, 1936, p.159-160).

Vemos na citação acima a condensação do que podemos chamar de protocolo ficcional da “presença total” do “inimigo oculto” numa narrativa de conspiração: os judeus teriam se apropriado do capital financeiro, nas bolsas de valores; teriam destruído a pequena propriedade, proletarizando a classe média; difundiam o ateísmo e o pacifismo ao mesmo tempo em que incitam a revolta nas massas e financiam revoluções; teriam tomado o controle das atividades comerciais, das repartições públicas, infiltrando “agentes” (inclusive via “casamento” de judias com cristãos) em funções técnicas, entre magistrados, advogados, médicos, e, até mesmo, em grupos literários, esportivos e na imprensa.

Esse conjunto de propostas não deixa de configurar ecos diretamente relacionados aos elementos mais caros da mitologia política da conspiração, à qual dá forma e conteúdo aos “Protocolos dos Sábios de Sião”. Ao comentar esse panfleto, Girardet (1987, p. 39) aponta:

‘Todos os jornais editados por nós’, precisa o texto dos Protocolos, ‘na aparência serão de tendência e de opiniões opostas, o que atrairá nossos adversários para eles sem desconfiança...’ (...) ‘Os imbecis’, conclui o texto, ‘que acreditarão repetir a opinião do jornal de seu partido, repetirão nossa opinião ou aquela que nos agrada. Imaginarão que seguem o órgão de seu partido e seguirão, na realidade, a bandeira que hastearmos para eles...’.

A narrativa de Gustavo Barroso apresenta-se como “narrativa natural”, verídica, não ficcional. Todavia, faz uso recorrente de protocolos ficcionais, ao mesmo tempo em que mantém estreita relação com elementos constitutivos do imaginário decorrente da mitologia política da conspiração. Por fim, seu ensaio encerra-se assim:

É possível que, na véspera da Festa dos Tabernáculos de 1941 os treze judeus reunidos em volta do sepulcro do Rabino Cabalista no cemitério israelita de Praga, segundo a tradição que eles negam a pé firme, entõem o canto do triunfo de Israel, pastor de povos escravizados pelo comunismo, rei do mundo materializado e mecanizado, senhor da humanidade imbecilizada e abjeta; mas também é possível que lá encontrem algumas decurias de camisas-de-côr [integralistas?] que os agarrem e metam na geladeira, afim de que refresquem um pouco essas idéas mais velhas do que os séculos. Depende isso da revolução interior que fizerem os povos cristãos esquecidos de Deus, das Pátrias e das Famílias pelas deslumbrantes peloticas dos mágicos judeus... (BARROSO, 1936, p.161-162).

Pode chamar a atenção do leitor a relação, mais do que íntima, do que aqui foi tratado, com a estrutura típica de narrativas literárias, ficcionais. Não é à toa, por exemplo, que esse contexto aqui descrito serviu de pano de fundo para o romance histórico de Umberto Eco, “O Cemitério de Praga” (2011). Todavia, é essa mesma sensação de proximidade que, muitas vezes, seduz o imaginário de indivíduos e grupos, que podem perder de vista as distâncias que separam e aproximam a ficção da realidade. É certo, também, que as predisposições e preconceitos de cada um possam facilitar esse processo de sedução, de aceitação. É nesse sentido que Umberto Eco (1994, p.145) reflete:

Como devemos lidar com intrusões da ficção na vida, (...) Às vezes, os resultados podem ser inocentes e prazerosos (...); às vezes, a vida pode se transformar num pesadelo, e não num sonho. Refletir sobre essas complexas relações (...) pode constituir uma forma de terapia contra o sono da razão que gera monstros. (...) De qualquer modo, não deixamos de ler histórias de ficção, porque é nelas que procuramos uma fórmula para dar sentido a nossa existência.

Da mesma forma, Raoul Girardet também propõe um exercício de reflexão que, em nossa ótica, não deixa de possuir relação direta com nosso tempo presente, no qual, mesmo

com todo o avanço tecnológico e nas formas de comunicação, ainda estamos rodeados por preconceitos, extremismos e mitificações. Para Girardet (1987, p. 62)

...definida e desenvolvida a partir de um obscuro sentimento de ameaça, testemunho de incerteza ou pânico, a mitologia da Conspiração tende a aparecer, ao mesmo tempo, como a projeção negativa de aspirações tácitas, a expressão invertida de desejos mais ou menos conscientes, mas sempre insaciados. A ordem que o Outro é acusado de querer instaurar não pode ser considerada como o equivalente antitético daquela que se deseja por si próprio estabelecer? O poder que se atribui ao inimigo não é da mesma natureza daquele que se sonha possuir?

Por fim, ao encerrarmos nossa discussão, parece certo que, mais do que buscar uma fronteira para colocar a ficção e a realidade em polos opostos, cabe antes compreender com clareza os aspectos positivos (pedagógicos ou de puro prazer) que podemos adquirir ao entrarmos em contato com narrativas ficcionais, literárias. No entanto, devemos identificar e criticar aqueles que desejam alimentar mitificações da realidade, baseando-se em ficções literárias, falseamentos ou mitologias políticas.

Considerações finais

Diante do exposto, procuramos analisar neste trabalho alguns dos elementos presentes num dos ensaios do escritor cearense Gustavo Barroso. Tentamos compreender alguns aspectos que contribuíram na constituição de sua narrativa, tanto relativo à sua forma, quanto ao seu conteúdo. Para tanto, foi necessário abordar, na primeira seção, as relações existentes entre ficção e realidade, tomando como lastro para nossa reflexão o diálogo com alguns dos pressupostos elaborados pelo filósofo, teórico e romancista italiano Umberto Eco. Deste, nos aproximamos, sobretudo, da noção de “protocolos ficcionais”, assim como seguimos a trilha por ele aberta que nos ajudou a compreender as relações intrínsecas entre o antissemitismo e a ficção literária.

Em complemento a esse primeiro passo, nos aproximamos das análises elaboradas pelo historiador Raoul Girardet acerca das mitologias políticas, principalmente no tocante à mitologia da conspiração. Com esse diálogo, tornou-se mais compreensível algumas das informações que Gustavo Barroso apresentou em seu texto, produzido/enunciado tanto como um ensaio, de certo modo, teórico, quanto histórico ou sociológico, considerando-se sempre os limites de seu momento histórico.

Como síntese desse percurso analítico, acreditamos ter conseguido mostrar como se processou, na narrativa de Gustavo Barroso, uma verdadeira alquimia entre o preconceito antissemita, nele arraigado, os protocolos ficcionais que transitam entre narrativas “artificiais” e “naturais” e aspectos relativos ao imaginário e ao legendário da mitologia do

complô. Cientes dos limites de nossa discussão, esperamos ter esclarecido um pouco os termos em discussão, assim como ter provocado outras reflexões.

“MIDNIGHT IN THE CEMETERY...”: CONSPIRACY NARRATIVES IN THE WRITER’S WORDS GUSTAVO BARROSO (1937)

Abstract: The experiences that concern the political conservatism and authoritarianism, despite the fact that their most apparent manifestations reveals in social, political plots and in armed conflicts (wars, coup d’etat, genocides, etc.), we believe that there is, too, in this phenomenon, a subjective, imaginary dimension that relates, as a matter of fact, with the fictional and/or literal elements. It is on an approach with such (inter)subjective dimensions that we seek to comprehend anti-Semitic prejudices and conspiratorial narratives in the text of an intellectual and conservative writer, it is, Gustavo Barroso (1888-1957). To do so, we dialogue, especially, with the French historian Raoul Girardet and the Italian romanticist and philosopher, Umberto Eco.

Keywords: Narrative. Fiction. Conspiracy. Anti-Semitism. Gustavo Barroso.

Referências

ADORNO, Theodor. FRENKEL-BRUNSWICK, Else. LEVINSON, Daniel J. SANFORD, R. Nevitt. **La Personalidad Autoritaria**. Tradução: Dora y Aída Cymbler. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1965.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1989. 3ª Reimpressão.

BARROSO, Gustavo. **Judaísmo, Maçonaria e Comunismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, S/A. 1937.

CARONE, Iray. A Personalidade Autoritária: Estudos Frankfurtianos Sobre o Fascismo. **Revista Sociologia em Rede**. Goiás, GO. Vol. 2, num. 2, 2012. Pág. 14-21. Disponível em <<http://redelp.net/revistas/index.php/rsr/article/view/2carone2/9>>. Acesso: 10 dez. 2015.

DANTAS, Elyaldo Gonçalves. **Gustavo Barroso, o führer brasileiro: nação e identidade no discurso integralista barrosiano de 1933-1937**. Dissertação de Mestrado desenvolvida no PPGH da Universidade Regional do Rio Grande do Norte (UFRN). 2014. Disponível em <http://hdl.handle.net/123456789/19970>. Acesso 12 de Agosto de 2016.

ECO, Umberto. **Seis Passeios Pelos Bosques da Ficção**. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1994.

_____. **O Cemitério de Praga**. Tradução: Joana Angélica d’Avila Melo. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

EISNER, Will. **O Complô: A História Secreta dos Protocolos dos Sábios do Sião**. Tradução: André Conti. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2006.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias políticas**. Tradução: Maria Lúcia Machado. São

Paulo: Editora Companhia das Letras, 1987.

GOMIDE, Ana Paula de Ávila; MACIEL, Ruth Marques; O Legado da Pesquisa The Authoritarian Personality para o Campo da Psicologia Social. **Perspectivas em Psicologia**. Uberlândia, MG. Vol. 19, n. 1, pp. 196-216, Jan-jun. 2015. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/30854/16836>>. Acesso: setembro 2015.

ISER, Wolfgang. Os Atos de Fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luiz Costa. (Org.). **Teoria da Literatura em suas Fontes**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002. Volume 02.

HABER, Stéphane. Patologias da Autoridade: Alguns Aspectos da Noção de “Personalidade Autoritária” na Escola de Frankfurt. **Princípios: Revista de Filosofia**. Natal, RN. Vol. 21, n.36, p.337-360, jul.-dez. 2014. <<http://www.periodicos.ufrn.br/principios/article/view/6771/pdf>>. Acesso: jan. 2015.

OLIVEIRA, Raimunda Ivoney Rodrigues. **Gustavo Barroso: A Tragédia Sertaneja**. Fortaleza: Editora SECULT, 2006.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os Assassinos da Memória: Um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo**. Tradução: Maria Appenzelet. Campinas: Editora Papirus, 1988.

VIEIRA, Newton Colombo de Deus. **Além de Gustavo Barroso: o antissemitismo na ação integralista brasileira (1932-1937)**. Dissertação de Mestrado desenvolvida no PPGH de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível em <http://hdl.handle.net/10923/3779>. Acesso 08 de julho de 2016.

WHITE, Hayden. **Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX**. Tradução: José Laurênio de Melo. São Paulo: Editora EDUSP, 1992.

_____. **Trópicos do Discurso: Ensaio Sobre a Crítica da Cultura**. Tradução: Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo, Editora EDUSP, 2001.

SOBRE O AUTOR

Danilo Linard é doutorando em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Recebido em 27/05/2017

Aceito em 03/07/2017